

Dirigente vê saúde à beira de colapso

A rede conveniada ao Sistema Único de Saúde conta com expectativa sombria para o decorrer de 1994, especialmente em decorrência das restrições orçamentárias acenadas pelo Governo Federal e pela indecisão na revisão constitucional. O presidente da Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Paraná, José Francisco Sohiavon, adverte que o sistema público de assistência pode entrar em colapso já a partir de maio, em prejuízo a cerca de 100 milhões de usuários em potencial dessa estrutura, caso a questão não seja priorizada. O dirigente destaca que os recursos previstos, da ordem de 4,3 bilhões de dólares são os menores da última década e representam a metade do que se gastou em 1993 somente com internações e atendimento ambulatoriais. Sohiavon acha que a sociedade civil deve se mobilizar em torno do problema.

SUS precisa de injeção de US\$ 1,8 bi este ano

CORREIO BRAZILIENSE

Cleia Martins

Para que o Sistema Único de Saúde (SUS) não corra o risco de ser inviabilizado, em 1994 o Governo Federal terá que direcionar para a Saúde mais 1,8 bilhão de dólares, além de 9,8 bilhões previstos na proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional na semana passada. O alerta foi feito pelo ministro da Saúde, Henrique Santillo, ao tomar conhecimento do corte do orçamento de sua Pasta de 2,7 bilhões de dólares, que completariam o montante de recursos necessários para o custeio do SUS.

Nos últimos meses foram gastos com despesas hospitalares e assistência médica 500 milhões de dólares ao mês. Para que o SUS continue a ser implementado em todo o País, é preciso dispor de recursos neste patamar, o que somaria seis bilhões de dólares ao ano. "O Governo não pode abrir mão deste dinheiro, a não ser que queira provocar o

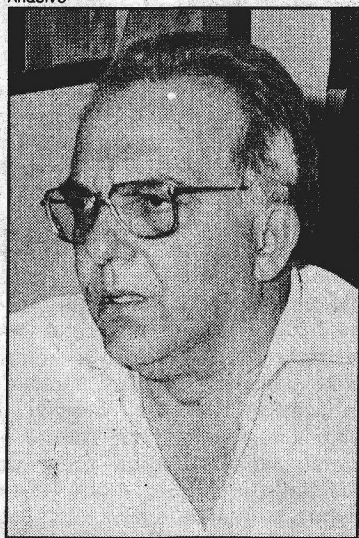
caos na Saúde, com fechamento de hospitais públicos e privados", declarou o ministro. Este ano, o Ministério da Saúde teve inúmeros problemas para superar a falta de verbas para pagar os serviços hospitalares. Com atrasos que superaram os cem dias e levaram alguns hospitais à beira da falência.

Com uma universalização da Saúde, a partir de 1988 os gastos com assistência aumentaram sensivelmente. O orçamento, no entanto, vem decrescendo. Em cinco anos, caiu de 13 bilhões de dólares para oito bilhões de dólares em 1993. Para 1994, a proposta inicial previa 12,5 bilhões de dólares, que foram reduzidos a 9,8 bilhões de dólares. Para evitar problemas de transferência de recursos para estados e municípios, a partir deste ano o Ministério, através da descentralização e do repasse de recursos financeiros para os fundos estaduais e municipais de saúde, tentará evitar os frequentes atrasos.

Programas não são atingidos

O corte orçamentário, apesar de provocar um grande efeito sobre o SUS, não irá afetar os demais programas do Ministério da Saúde. A garantia foi dada pelo ministro Henrique Santillo, que acrescentou que as grandes campanhas de combate às endemias e epidemias vão continuar. Vai ser possível ainda estender o Programa de Agentes Comunitários à Região Centro-Oeste, dar continuidade à implantação de ambulatórios de alta resolução e a de interiorização de médicos. Outro grande programa a ser implementado é o de Saúde da Família, com seis mil médicos distribuídos pelas periferias das grandes cidades e na zona rural, responsáveis pelo atendimento preventivo e de emergência.

ARQUIVO



Santillo: médicos no interior

A municipalização e a promoção da saúde no País são as principais metas da gestão de Henrique Santillo. Para acompanhar a aplicação dos recursos transferidos para os estados e municípios, será criado o Sistema Nacional de Auditoria. O plano de Metas para 1994 deve ser concluído até o final de janeiro.